

Marcílio Moreira descarta a moratória da dívida

Sélio Ferraz
Correspondente

Washington — O novo embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, afirmou ao JORNAL DO BRASIL que a moratória não deve ser a única opção do governo brasileiro no problema da dívida externa.

— Embora não possamos descartar totalmente esta possibilidade, creio que deveríamos renegociar a dívida externa pensando nos créditos futuros. A drástica redução do spread e o prolongamento de alguns pagamentos poderiam ter o mesmo efeito. Afinal, moratória sempre deixa seqüelas — ponderou. — Os bancos são como carneiros. Ao perceber o primeiro obstáculo, o primeiro carneiro se desvia e o rebanho adota o mesmo comportamento. Por isso mesmo temos que resolver o problema da dívida externa com o pensamento no futuro — argumentou o embaixador, enfatizando que o ponto de maior tensão nas relações entre o Brasil e a comunidade financeira ficou para trás.

Como a Índia

Marcílio Marques Moreira acredita que o fato de Brasil pagar um spread de 2% quando os juros estão em 6% é simplesmente um absurdo. “É o mesmo que pagar 30% sobre os interesses da dívida, o que não é justo”, frisou. O embaixador acredita que a redução drástica do spread está exclusivamente nas mãos dos banqueiros e que só deles depende amenizar esta carga financeira para o Brasil. Acenou também com a extensão dos prazos de amortização para 20 anos e de carência para 7 anos como condições indispensáveis para uma renegociação razoável da dívida externa brasileira com os bancos internacionais.

Marques Moreira chamou atenção para o fato de que a Índia já está fazendo operações de empréstimo no mercado internacional com um spread de 1/6%. “Não vejo nenhuma razão para o Brasil ter um tratamento pior que o da Índia por parte dos banqueiros”, observou.

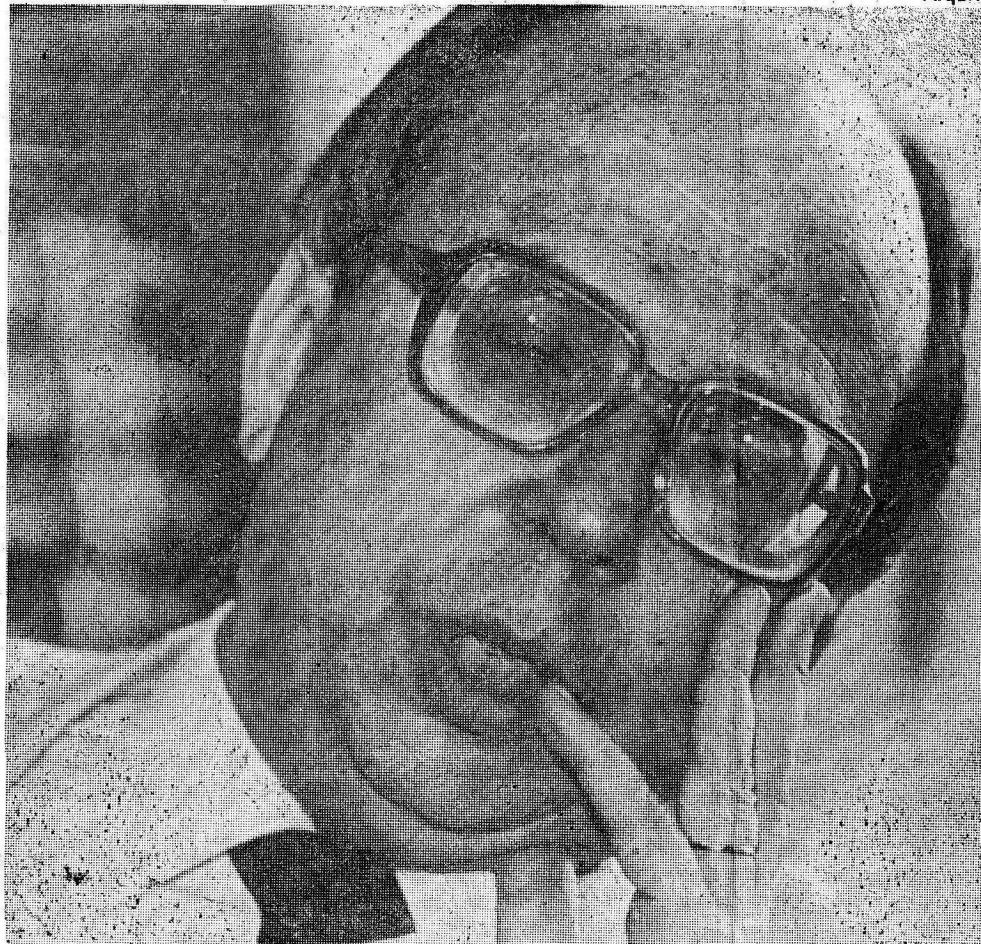
O embaixador acentuou que a moratória não deveria ser excluída do cenário hipotético da discussão da dívida, seja por uma atitude de barganha, seja por inevitável — caso a situação econômico-financeira do país se debilite a um ponto onde que não existisse outra saída. Mas deixou sempre claro que a moratória seria uma medida que seguramente afastaria o Brasil do mercado financeiro internacional por alguns anos, justamente no período onde são indispensáveis financiamento e investimento externo.

Teia de interesses

Frisando que o embaixador brasileiro em Washington nunca será o canal exclusivo para a discussão da dívida, Marcílio Marques Moreira explicou que se trata de uma intrincada teia de interesses envolvendo desde os governos até os bancos e os organismos internacionais. “Cerca de 35% da dívida externa brasileira estão concentrados em bancos americanos, portanto não há como evitar que seja aqui o centro das discussões”, afirmou.

Marques Moreira acredita que uma de suas tarefas maiores à frente da embaixada será a de levar à opinião do governo brasileiro ao governo americano, ao Congresso, à comunidade financeira e também aos meios acadêmicos, com o objetivo de buscar um

Arquivo



Marcílio acha que a moratória deixaria o Brasil isolado

ambiente propício à renegociação em termos favoráveis para as partes. “Temos que mostrar não só que nossos interesses são legítimos, mas também como fomos capazes de usar racionalmente os recursos que pedimos emprestados no exterior. Afinal, temos um acervo de obras e realizações para ninguém botar defeito”, disse.

Para ele, o Brasil está no limiar de uma nova situação econômica e social, ingressando num novo estágio de desenvolvimento. Por isso, acredita que a inserção completa do Brasil na comunidade internacional é indispensável à obtenção de novos créditos que financiem este novo surto de desenvolvimento. Sobre o baixo nível de investimento estrangeiro no Brasil, o embaixador acredita que estas decisões têm um prazo maior de maturação. Em contrapartida, a decisão de investir em títulos mobiliários é muito mais ágil, assinalou. “O ideal seria combinarmos o investimento externo sob a forma de injeções de recursos no mercado financeiro brasileiro e também em patrimônio. O bom sinal é que a comunidade financeira internacional já está falando de dinheiro novo para o Brasil”, observou.

O embaixador Marques Moreira sabe que os assuntos econômicos perseguirão sua gestão frente à embaixada e que, em especial, a informática será o

que poderá consumir mais tempo. No entanto, acenou com bons entendimentos que estão se processando entre os dois governos e deposita grande esperança num acordo na próxima reunião em Bruxelas, quando o secretário-geral do Itamarati, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, se reunirá com o representante americano, Clayton Yeutter. “Desta vez o trabalho preparatório para a reunião está muito detalhado e é legítimo esperar avanços nesta área entre os dois governos”, declarou.

Marques Moreira, defensor do legítimo interesse brasileiro em criar uma base para a indústria de informática, pretende mostrar às autoridades americanas que esta política não visa a insular o Brasil do desenvolvimento científico nesta área, mas sim estimular o estabelecimento de certas indústrias no Brasil e fornecer alguns balizamentos para a inserção do país neste novo mundo. “Temos que levar em conta o direito e o desejo da sociedade brasileira de se modernizar”, afirmou. Para ele, a modernização da SEI — Secretaria Especial de Informática —, com a contratação de jovens profissionais e com a possibilidade de suas decisões serem questionadas pelas partes interessadas — é um grande avanço e poderá desempenhar um papel fundamental para minimizar os atritos entre os dois países.